

Agroecologia e Produção de Alimentos Saudáveis: Os Desafios do MST e dos Territórios de Reforma Agrária

Autoras: Andreia Cristina Matheus¹, Andréia Livi² e Bárbara Loureiro Borges³

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

Resumo: O modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro, baseado no agronegócio, tem acentuado a concentração fundiária, a insegurança alimentar e a degradação ambiental, ao priorizar a produção de commodities para exportação em detrimento da produção de alimentos. Em contraposição, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) propõe uma Reforma Agrária Popular orientada pela soberania alimentar e pela agroecologia. Este artigo analisa as estratégias adotadas pelo MST para promover a produção de alimentos saudáveis e massificar a agroecologia em seus territórios. A pesquisa, de natureza qualitativa, combinou revisão teórica com trabalho de campo baseado em observação participante e vivências. Os resultados indicam que a promoção da agroecologia nos territórios do MST está associada à cooperação, à defesa ambiental e ao acesso a tecnologias apropriadas, favorecendo a diversificação produtiva e a autonomia camponesa.

Palavras-chave: alimento saudável, soberania alimentar, autonomia camponesa

Introdução

O modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro, historicamente orientado por políticas econômicas voltadas à exportação, tem consolidado uma estrutura fundiária concentrada e a hegemonia do agronegócio como principal força produtiva no campo (Delgado, 2012; Sauer, 2010). Essa lógica promove a monocultura, a degradação ambiental e a insegurança alimentar, ao priorizar a produção de commodities em detrimento da diversidade alimentar e cuidado (Ploeg, 2008; Caporal & Costabeber, 2002). A concentração da terra e da riqueza no meio rural intensifica desigualdades sociais históricas e compromete a soberania alimentar da população brasileira (Silva, 2015; Maluf, 2007).

Nesse cenário, a problemática agrária se reconfigura, exigindo novas formas de resistência e proposição. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua fundação em 1984, tem se destacado como protagonista na luta pela Reforma Agrária Popular, articulando a

ocupação de terras improdutivas com a construção de territórios sustentáveis (Stédile & Fernandes, 1999; MST, 2014). Ao longo de sua trajetória, o MST desenvolveu estratégias organizativas que associam a produção de alimentos saudáveis à defesa do meio ambiente, à autonomia camponesa e à promoção da agroecologia como alternativa ao modelo hegemônico (Carneiro, 2015; Petersen, 2009).

A agroecologia, entendida como ciência, prática e movimento (GLIESSMAN, Stephen R. *Defining Agroecology. Agroecology and Sustainable Food Systems*. v. 42, n. 6, p. 599-600, 2018), é incorporada pelo MST como eixo estruturante de sua proposta de reforma agrária. Mais do que uma técnica agrícola, ela representa uma concepção de mundo que valoriza o saber popular, a cooperação, a diversidade produtiva e a relação harmônica entre seres humanos e natureza (Altieri, 2004; Gliessman, 2007). A produção agroecológica nos territórios conquistados pelo MST tem se mostrado eficaz na geração de renda, na segurança alimentar das famílias assentadas e na construção de um sistema alimentar justo e sustentável (MST, 2017; Caporal, 2016).

A agroecologia tem se consolidado como uma abordagem multidimensional que articula saberes científicos e populares, práticas agrícolas sustentáveis e movimentos sociais em defesa da vida no campo. Segundo Altieri (2009), a agroecologia não é apenas um conjunto de técnicas agrícolas, mas uma ciência que integra princípios ecológicos à produção de alimentos, promovendo sistemas resilientes e socialmente justos. Essa perspectiva é reforçada por Gliessman (2015), que destaca a agroecologia como um paradigma alternativo capaz de transformar os sistemas alimentares e enfrentar os desafios da crise ambiental e da insegurança alimentar.

No contexto brasileiro, a agroecologia tem sido impulsionada por movimentos sociais como o MST, que incorporam seus princípios à luta pela Reforma Agrária. A proposta de Reforma Agrária Popular defendida pelo MST vai além da redistribuição de terras: ela envolve a construção de territórios sustentáveis, a produção de alimentos saudáveis e a promoção da soberania alimentar (Stédile, 2011; MST, 2023). Essa concepção amplia o debate sobre a função social da terra e sobre os modelos de desenvolvimento rural.

A soberania alimentar, conceito desenvolvido por organizações como a Via Campesina, é central na proposta agroecológica. Ela afirma o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, priorizando a produção local, o acesso à terra e o respeito aos modos de vida tradicionais (Via Campesina, 2003). No Brasil, esse conceito tem sido fomentado por movimentos como o MST para denunciar os impactos do agronegócio no sistema agroalimentar e propor alternativas baseadas na cooperação, na agroecologia e na justiça social.

Este estudo tem como objetivo analisar as estratégias adotadas pelo MST para promover a produção de alimentos saudáveis e massificar a agroecologia em seus territórios. A pesquisa busca compreender como essas ações contribuem para a construção de um novo paradigma agrícola, pautado na soberania alimentar, na justiça social e no cuidado com a natureza. A investigação parte de uma abordagem qualitativa, combinando revisão teórica com observação participante e vivências em campo, para captar as dimensões práticas, políticas e simbólicas da agroecologia nos territórios da Reforma Agrária (Trindade et al., 2020; Carneiro, 2015).

Considera-se que a articulação entre agroecologia e soberania alimentar nos territórios da reforma agrária representa uma resposta concreta à crise do modelo hegemônico, que se expressa na fome e na crise ambiental. Como apontam Petersen et al. (2013), a construção de sistemas agroecológicos exige processos educativos, organizativos e políticos que envolvam os sujeitos do campo como protagonistas da transformação. Nesse sentido, o MST tem investido em formação política, capacitação técnica e organização comunitária cooperativa como estratégias para massificar a agroecologia e fortalecer a autonomia camponesa.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a promoção da agroecologia e da produção de alimentos saudáveis em territórios de Reforma Agrária. A escolha por uma metodologia qualitativa se justifica pela natureza complexa e contextual das práticas agroecológicas, que envolvem dimensões técnicas, políticas, culturais e simbólicas (Minayo, 2001).

A pesquisa foi estruturada em duas etapas principais: revisão teórica e trabalho de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de consulta a artigos científicos, cujas palavras-chave foram: agronegócio, questão ambiental, soberania alimentar, agroecologia e reforma agrária, soberania alimentar. Também foram analisados documentos oficiais do MST.

A etapa de campo foi realizada em territórios organizados pelo MST, compostos por assentamentos, escolas e centros de agroecologia, com base em técnicas de observação participante e vivências. A observação participante e vivência permitiu acompanhar diretamente as práticas produtivas, os processos organizativos e as dinâmicas comunitárias, favorecendo uma compreensão aprofundada das estratégias adotadas pelo movimento (Brandão, 2007).

A análise dos dados seguiu uma lógica interpretativa, buscando identificar significados e relações entre as estratégias do MST e os princípios da agroecologia.

A escolha por territórios organizados pelo MST se justifica pela centralidade que o movimento atribui à agroecologia como eixo de sua proposta de Reforma Agrária Popular. Esses territórios representam experiências concretas de resistência ao modelo do agronegócio e de construção de alternativas sustentáveis, sendo, portanto, espaços privilegiados para a investigação.

Análise dos Resultados e Discussão

A análise dos dados obtidos por meio da observação participante e das vivências em territórios organizados pelo MST revelou um conjunto articulado de ações voltadas à promoção da agroecologia e à produção de alimentos saudáveis. Nesse contexto, destaca-se o “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, que, conforme Matheus, Borges e Souza-Esquerdo (2025), *“é uma ação político-ambiental que busca recompor áreas degradadas, ampliar a produção agroecológica e fortalecer territórios de reforma agrária”* (p. 420). Nesse sentido, não se limita a iniciativas técnicas de reflorestamento, mas assume caráter de movimento social e de reforma agrária popular. Entre seus objetivos centrais estão a recomposição florestal, a promoção da soberania alimentar e a consolidação de práticas sustentáveis, metas que já se traduzem em milhares de árvores plantadas em assentamentos e comunidades, fortalecendo a resistência frente à mercantilização da natureza.

Entre as principais estratégias observadas, destaca-se a diversificação produtiva, adotada como forma de garantir segurança alimentar, reduzir a dependência de insumos externos e fortalecer a resiliência dos sistemas agrícolas. Essa prática está alinhada aos princípios agroecológicos que valorizam a biodiversidade e os ciclos naturais, promovendo sistemas mais equilibrados e menos vulneráveis às oscilações do mercado e às mudanças climáticas (Altieri, 2009; Gliessman, 2015).

Para estruturar a massificação da agroecologia emergiu a formação política e técnica. O MST investe na criação de escolas, centros de formação e espaços de educação popular voltados à capacitação de lideranças, agricultores/as e filhos/as de assentados/as. Essa formação orientada por uma pedagogia do diálogo e da prática, possibilita a articulação com o conhecimento científico com os saberes tradicionais e a experiência concreta dos sujeitos do campo (Freire, 1987; MST, 2023).

Entre os principais espaços formativos criados pelo MST destacam-se as escolas de agroecologia, distribuídas em diferentes regiões e biomas do país, que materializam a proposta de articular ciência, prática e movimento. A Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), situada no Paraná, consolidou-se como referência continental na formação de técnicos/as e militantes. Na Bahia, a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto (EPAEB) fortalece

processos educativos e produtivos voltados à realidade do semiárido nordestino. Na Amazônia paraense, o Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico) contribui para a defesa da floresta e da biodiversidade, articulando saberes locais e práticas agroecológicas. No Rio Grande do Sul, o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) promove a integração entre agroecologia e reforma agrária popular, enquanto o Instituto Educar, também no estado, amplia a dimensão pedagógica da agroecologia ao ofertar formação em nível superior. Já em São Paulo, o Centro de Formação e Pesquisa em Agroecologia Paulo Kageyama (CAPK) desenvolve pesquisas aplicadas e processos formativos voltados à agricultura familiar. Esses espaços, enraizados em seus respectivos territórios e biomas, constituem uma rede de formação que fortalece a massificação da agroecologia e a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural.

Além da formação, o MST investe também na busca por tecnologias apropriadas como uma ação estratégica. Nessa ação, tem promovido a adaptação e o desenvolvimento de técnicas que respeitam os princípios agroecológicos e são acessíveis às comunidades camponesas. Isso inclui o uso de bioinsumos, sistemas agroflorestais, manejo ecológico do solo e práticas de conservação da água, sementes crioulas, máquinas adaptadas e energias renováveis. O uso de tecnologias, como essas, construídas coletivamente e testadas em unidades produtivas, fortalecem a autonomia técnica e produtiva dos/as agricultores/as (Caporal & Costabeber, 2017).

Entre as experiências concretas do MST no campo das tecnologias apropriadas destacam-se iniciativas voltadas à mecanização adequada para agricultura familiar, produção de sementes agroecológicas e bioinsumos, fundamentais para a autonomia camponesa. Em 2024, o MST iniciou intercâmbio tecnológico com a China, trazendo máquinas agrícolas de pequeno porte para assentamentos, como tratores compactos e implementos adaptados. A primeira leva foi testada no Rio Grande do Norte e novas unidades chegaram para uso em diferentes regiões. A Bionatur, referência nacional em sementes agroecológicas, proporciona acesso a variedades crioulas e agroecológicas adaptadas às realidades produtivas, fortalecendo a soberania alimentar e a preservação da biodiversidade.

No Rio Grande do Sul, a unidade de produção de bioinsumos Ana Primavesi, produz os bioinsumos que são utilizados na produção do arroz agroecológico, ampliando a sustentabilidade dos sistemas produtivos. Já em São Paulo, a unidade Da Terra atua na produção de bioinsumos e na difusão de práticas agroecológicas, consolidando alternativas técnicas acessíveis às comunidades rurais. Essas iniciativas se articulam à diversificação dos sistemas produtivos, que integra cultivos agrícolas, sistemas agroflorestais e criação animal, promovendo maior resiliência

frente às mudanças climáticas e às oscilações do mercado. Dessa forma, o MST demonstra que a construção coletiva de tecnologias apropriadas é capaz de fortalecer a agroecologia como prática social e produtiva, ampliando a autonomia técnica e econômica dos agricultores e agricultoras.

Nos assentamentos visitados, observou-se uma atenção especial à recuperação e manejo ecológico dos solos, com práticas como adubação verde, compostagem, cobertura morta e consórcios agroflorestais. Essas práticas dialogam diretamente com a abordagem de Primavesi, que afirmava que “a saúde do solo é a base da saúde das plantas, dos animais e dos seres humanos” (Primavesi, 2002, p. 45). A valorização do solo como fundamento da vida é um eixo central na construção da autonomia camponesa e na produção de alimentos saudáveis.

Além disso, a observação dos ciclos naturais e o respeito à biodiversidade foram elementos recorrentes nas práticas produtivas. Primavesi defendia que o agricultor deve ser um observador atento da paisagem, compreendendo os sinais da natureza e adaptando suas práticas conforme as condições locais. Essa perspectiva está presente na organização dos sistemas produtivos dos assentamentos, que priorizam cultivos adaptados ao clima, à topografia e à dinâmica ecológica de cada território.

Nesse sentido, a integração entre agricultura e ecologia, proposta por Primavesi, também se manifesta na forma como o MST articula a produção com a educação, a formação política e a valorização cultural. A agroecologia, nesses territórios, é vivida como uma prática pedagógica e emancipadora, que transforma a relação dos sujeitos com a terra e com a comunidade. Como afirmava Primavesi, “a agricultura ecológica não é apenas uma técnica, é uma atitude diante da vida” (Primavesi, 2002, p. 12).

A valorização da identidade camponesa e da relação simbiótica com a natureza emerge como elemento central nas falas e práticas observadas, evidenciando que a agroecologia é vivenciada não apenas como técnica produtiva, mas como um modo de vida que resgata o vínculo ancestral com a terra, promove o cuidado ambiental e reafirma a dignidade dos trabalhadores rurais. Essa dimensão simbólica e política é fundamental para a consolidação de territórios de resistência e para a afirmação de um projeto emancipatório que desafia a lógica dominante do agronegócio e propõe uma nova forma de viver e produzir no campo.

Outro aspecto central foi o fortalecimento da cooperação entre famílias e comunidades, por meio da organização de associações, cooperativas e redes de produção e comercialização. Essa dimensão coletiva da agroecologia é fundamental para a construção de economias solidárias e para a superação da lógica individualista imposta pelo agronegócio (Petersen et al., 2013). A cooperação

também favorece o compartilhamento de saberes, a gestão democrática dos territórios e a construção de vínculos sociais que sustentam a luta política e a resistência.

Considerações finais

A análise das estratégias adotadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a promoção da agroecologia e da produção de alimentos saudáveis revela um projeto político e agrícola comprometido com a transformação estrutural do campo brasileiro. Ao articular a luta pela terra com a construção de territórios sustentáveis, o MST propõe uma Reforma Agrária Popular que rompe com os paradigmas do agronegócio e afirma a soberania alimentar como princípio orientador.

As práticas observadas nos territórios organizados pelo MST, como a diversificação produtiva, a cooperação comunitária, a formação política e técnica, o manejo ecológico do solo e a valorização da identidade camponesa, demonstram que a agroecologia não é apenas uma alternativa técnica, mas uma proposta civilizatória. Essa abordagem está em consonância com os princípios defendidos por Ana Primavesi, que compreendia a agricultura ecológica como uma atitude ética diante da vida e da natureza.

A convergência entre o saber científico e o saber popular, entre a teoria ecológica e a prática camponesa, fortalece a construção de sistemas alimentares justos, resilientes e saudáveis. A agroecologia, nesse contexto, emerge como uma ferramenta de resistência e de emancipação, capaz de enfrentar os impactos da crise ambiental, da insegurança alimentar e da concentração fundiária.

Contudo, a massificação da agroecologia nos territórios da Reforma Agrária ainda enfrenta desafios significativos e estruturais, como o acesso a políticas públicas, a infraestrutura adequada para escoamento da produção, assistência técnica contínua e financiamento específico para práticas agroecológicas. Além disso, a disputa de narrativas com o agronegócio (altamente tecnificado, com acesso a recursos econômicos e midiáticos) e a baixa e/ou ausência de reconhecimento institucional da agroecologia como modelo prioritário de desenvolvimento rural dificultam sua consolidação em larga escala. Apesar disso, o MST tem investido fortemente em processos formativos, redes de cooperação entre assentamentos e articulações com universidades e movimentos sociais – nacional e internacionalmente, demonstrando que a agroecologia é não apenas viável, mas essencial para a construção de um campo mais justo, sustentável e soberano.

Este estudo contribui para a compreensão das potencialidades da agroecologia como eixo estruturante da Reforma Agrária Popular e como caminho para a construção de um modelo de

desenvolvimento rural baseado na justiça social, na sustentabilidade ambiental e na autonomia dos povos do campo. Recomendação para futuras pesquisas: aprofundar a análise das políticas públicas voltadas à agroecologia e investigar os impactos socioeconômicos dessas práticas nos territórios camponeses.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva alternativa*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é método de pesquisa participativa*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CAPORAL, Francisco R. *Agroecologia e políticas públicas: avanços e desafios*. Revista Cadernos de Agroecologia, v. 11, n. 1, 2016.
- CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. *Agroecologia: enfoques teóricos e estratégicos*. Brasília: MDA/SAF, 2002.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: princípios e fundamentos*. Brasília: MDA, 2017.
- CARNEIRO, Maria Aparecida. *Territórios de resistência: a construção da agroecologia nos assentamentos do MST*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015a.
- CARNEIRO, M. J. *Territórios de resistência: a construção da agroecologia como projeto político*. Revista NERA, v. 18, n. 28, p. 10–27, 2015b.
- DELGADO, Guilherme C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1960–2010)*. Brasília: CEPAL/IPEA, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecology: the ecology of sustainable food systems*. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2007.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems*. Boca Raton: CRC Press, 2015.
- MALUF, Renato S. *Segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural sustentável*. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, v. 14, n. 2, p. 1–13, 2007.
- MATHEUS, Andreia C.; BORGES, Barbara L.; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde F. *Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis: Urgências Climáticas e Agroecologia em Territórios*

- de Reforma Agrária. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Brasília, v. 20, n. 4, p. 416-439, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v20i4.57541>.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.
 - MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *História e práticas do MST*. São Paulo: MST, 2014.
 - MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Plano Nacional de Agroecologia do MST*. São Paulo: MST, 2017.
 - MST. *Agroecologia: uma resposta eficaz à produção sem agrotóxicos*. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/17/agroecologia-uma-resposta-eficaz-a-producao-sem-agrotoxicos>. Acesso em: 25 set. 2025.
 - PETERSEN, Paulo. *Construção do conhecimento agroecológico: desafios e experiências*. Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 26, n. 1, p. 175–204, 2009.
 - PETERSEN, P.; SILVEIRA, L.; ALMEIDA, G. *Construção de conhecimento agroecológico: reflexões a partir de experiências*. Revista Agriculturas, v. 10, n. 3, p. 6–10, 2013.
 - PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
 - PRIMAVESI, Ana. *Agricultura ecológica: o caminho da saúde da natureza e do homem*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
 - PRIMAVESI, Ana. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. São Paulo: Nobel, 1986.
 - SAUER, Sérgio. *Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: coexistência ou exclusão?* Revista NERA, v. 13, n. 18, p. 1–23, 2010.
 - SILVA, José Graziano da. *A nova face da fome: segurança alimentar e nutricional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.
 - STÉDILE, João Pedro. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
 - STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
 - TRINDADE, Sérgio P. et al. *Agroecologia e reforma agrária: práticas e saberes em territórios do MST*. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 15, n. 1, 2020.
 - VIA CAMPESINA. *Declaração de Nyéléni: Fórum Mundial pela Soberania Alimentar*. Mali, 2003. Disponível em: <https://viacampesina.org/pt/declaracao-de-nyeleni-soberania-alimentar/>. Acesso em: 25 set. 2025.